

O CAMINHO INCERTO DO CAMPO À MESA: políticas públicas e outras formas de organização da produção para a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional

Mirian Beatriz Schneider¹
Exzolvildres Queiroz Neto²
Gilson Batista de Oliveira³

A pobreza e por consequência a fome, não é um fenômeno de geração espontânea, é histórica e socialmente determinada. A desigualdade de renda é um fenômeno global, e sua manifestação se dá de forma distinta em cada país. O Brasil é um dos países mais desiguais do planeta⁴, traço esse proveniente do período colonial e não sanado, quiçá acirrado, pela industrialização⁵. Em se tratando da produção alimentar, a modernização conservadora transformou a agricultura através da revolução verde, mas não modificou a estrutura fundiária. A migração para os centros urbanos, com a permanência da marca escravocrata da exclusão, moldou a geografia urbana do país “banalizando a desigualdade como um traço estrutural, em uma procrastinação obstinada que apenas amplia as dimensões do desafio de superá-la” (SCHNEIDER, PAULA & COSTA, 2022).

O sistema alimentar global, determinado pelo desempenho de grandes corporações do complexo agroalimentar, termina por reproduzir os mesmos sintomas da desigualdade e

¹ Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1994), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (1998), Doutora em História Econômica pela Universidad de León/Espanha (2003), e Pós Doutora em Economia Aplicada pela USP (2010) e em Políticas Públicas pela UFPR (2021). Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, atuando Colegiados do Curso de Ciências Econômicas e nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e de Economia. E-mail: mirian-braun@hotmail.com.

² Doutor em Engenharia Agrícola: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável FEAGRI/UNICAMP (2011). Mestre em Administração: Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento DAE/UFLA (2006). Graduado em Geografia: Bacharelado e Licenciatura IGC/UFMG. Docente no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento PPGPPD/UNILA - Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Sociedade - Mestrado. Professor Associado da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) - Departamento de Educação e Tecnologias (DETE) do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) - curso de Geografia. E-mail: exzolvildres.neto@ufop.edu.br.

³ Pós-doutorado em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (2023 - 2024). Doutor em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Pesquisador bolsista do NAPI Trinacional/Fundação Araucária. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0816-4969>. E-mail: gilson.oliveira@unila.edu.br.

⁴ Relatório da OXFAM (2023) Um retrato das desigualdades brasileiras.

⁵ Furtado (1973) O mito do desenvolvimento econômico.

da dinâmica socioeconômica. O trabalho destinado às atividades agroalimentares também está sujeito a um contexto de prevalência da precariedade, especialmente no meio rural, com regimes contratuais informais e instáveis, jornadas exaustivas, riscos de lesões por esforço repetitivo, tanto produção destinada à exportação, as *commodities* globais (como no caso dos frigoríficos), como na pequena propriedade familiar, que estão sujeitos a vínculos comerciais inseguros e desfavoráveis estabelecidos com as agroindústrias, mercado atacadista e distribuidores no varejo (supermercados), responsabilização por frustração na produção e exigência de regularidade de suprimentos. Isso resulta num processo que os que produzem alimentos não têm sua própria alimentação garantida e os consumidores não têm estabilidade de oferta e preços, além da oferta de alimentos mais “baratos”, no entanto vazios de Nutrientes (FRIEDMANN e McMICHEL, 1989; FRIEDMANN, 1993; FLEXOR, KATO, LEITE, 2022).

O mercado é incompetente na resposta para a questão da insegurança alimentar, e nesse contexto é cada vez mais explícita, em termos internacionais, que a garantia de segurança alimentar deve ser atribuída ao estado (DE JANVRY, 1983; CLAPP, 2015). Foi essa “incompetência” que tornou mais visível o papel da política pública relativa a segurança alimentar. Por fim, cabe destacar também que a questão não deve ser encarada como uma questão relativa à justiça social, e não apenas como uma forma de garantir a estabilidade social e a “dinâmica da acumulação capitalista sem sobressaltos” (SCHNEIDER, PAULA e COSTA, 2022).

A incompetência do mercado nas questões relativas à segurança alimentar, dentre outros fatores, terminou por dar mais visibilidade ao papel das Políticas Públicas de segurança alimentar (SOUZA, 2006). Para além da perspectiva de incompetência dos mercados e da necessidade de políticas públicas, foi proposta do evento, e dos trabalhos nele discutidos as principais políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro e seus impactos sobre a segurança alimentar e nutricional da população, seus avanços e retrocessos, apontando impactos, fragilidades, e em paralelo apontar outras formas de ação na busca da segurança alimentar no país. Assim, dentre as principais políticas públicas destinadas ao combate da insegurança alimentar, avaliadas podemos destacar o Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar, o Programa Fome Zero, o Programa de Aquisição de alimentos (PAA), o Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE) e os Restaurantes Populares. (BELIK e CHAIM, 2009; GRISA, 2010; GRISA e SCHNEIDER, 2015; SCHNEIDER, PAULA e COSTA, 2022).

Outro importante foco dos trabalhos foram ações da iniciativa ditas sociais, não cobertos por políticas públicas, como ONGs e outras ações da sociedade, dentre as quais destacamos a preocupação com a sustentabilidade, o desenvolvimento rural e ambiental, agricultura orgânica, agricultura Urbana e Periurbana, Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) e ações coletivas e cooperativas em segurança alimentar.

Desta forma, o que se pode denominar objetivo principal do evento, revendo o contexto de incremento da insegurança alimentar mundial, pós pandemia de Covid-19, foi discutir, apresentar e propor o aprimoramento de estratégias destinadas a garantia de oferta de alimentos com Segurança Alimentar e Nutricional, integrando mercado, políticas públicas e ações da sociedade.

O evento foi realizado com apresentação de 17 (dezessete) artigos de pesquisa e uma mesa redonda. A palestra da mesa redonda foi proferida pelo Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto (PPGPPD/UNILA – UFOP) e contou com a Profª. Drª. Mirian Beatriz Schneider (PGDRA/UNIOESTE) como debatedora.

Os artigos apresentados, conforme regulamento da chamada pública, estão disponíveis nessa edição da Revista Orbis Latina (Volume 15, Número 2).

Por fim, agradecemos aos colegas que contribuíram na comissão científica do evento: Profª. Drª. Carla Maria Schmidt (UNIOESTE), Prof. Dr. Eduardo de Pintor (UNILA/UNIOESTE), Profª. Drª Geisiane Michelle Zanquette de Pintor (UNILA) e Prof. Dr. Valdir Antonio Galante (UNIOESTE), cabendo também um agradecimento especial ao CNPQ pelo suporte ao projeto de pesquisa através do seu programa EDITAL UNIVERSAL.

REFERENCIAS

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, n. 22, p. 595-607, 2009.

CLAPP, J. (2015) **Food security and international trade**: unpacking disputed narratives, Background paper prepared for the State of Agricultural Commodity Markets 2015-2016, FAO/UN.

DE JANVRY, A. (1983) Why do governments do what they do? The case of food price policy. In: JOHNSON, D.G. & SCHUH, G. E. **The role of markets in the world food economy**, Westview press, /Bounder, CO, USA, p. 185-2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 97-129, maio-ago. 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FRIEDMANN, H.; Mc MICHEL, P. *Agriculture in the state system: rise and decline of national agricultores, 1870 to presente*. **Sociologia Ruralis** xxix. 1989.

FRIEDMANN, J. *Toward a NonEuclidian Modeof Planning*. **APA Journal**, p. 482 – 485, AUTUMN, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279984822_Toward_a_Non-Euclidian_Mode_of_Planning. Acesso em 30 jun. 2025.

LEXOR, G.; KATO, K.; LEITE, S. P. **Saúde amanhã: textos para discussão** 82: transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI.

Relatório da OXFAM. Um retrato das desigualdades no Brasil hoje. 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/08/Relatorio-2023-Observatorio-Brasileiro-das-Desigualdades-1.pdf>. Acesso em 20 jul. 2025;

SCHNEIDER, M. B; PAULA, N.; COSTA, F. F. **Políticas públicas de combate à fome: a trajetória dos restaurantes populares de Toledo-PR**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2022. 144p.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8 n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.